

RESENHA DO LIVRO HISTÓRIAS DE VIDA: OS PROCURADORES-GERAIS

*Felipe Vilson Serino**

AXT, Gunther (org). **Histórias de Vida: os Procuradores-Gerais**. Florianópolis: PGJ. CEAF, 2011.

A obra, elaborada pelo Projeto Memorial do Ministério Público de Santa Catarina (iniciado em 2010 através do “Programa de História Oral”), organizada pelo Historiador Gunter Axt¹, é o primeiro volume da série *Histórias de Vida*, da qual são extraídos relatos, experiências, trajetórias e narrativas dos membros que ocuparam a Procuradoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina – bem como de seus servidores – que, por meio de lutas, desafios e uma vida de trabalho, edificaram a Instituição conhecida hoje. Esta obra conta com dez depoimentos, sendo um do funcionário mais antigo da Instituição e nove de ex-Procuradores-Gerais do Ministério Público Santa Catarina – além de uma introdução de Gercino Gerson Gomes Neto; Palavra da Coordenação de Gustavo Viviani de Souza e introdução de Gunter Axt.

Embora história e memória não sejam sinônimos, o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina procura articular essas duas dimensões, produzindo uma abordagem contextual dos relatos presentes no livro; afastando-se, dessa maneira, de paixões e de individualizações, e preocupando-se, sobretudo, com a narrativa da história da Instituição. Com isso, debruçando-se sobre a questão do patrimônio cultural, o Ministério Público – de forma singular – é capaz de dialogar com a sociedade e, ainda, prestar serviços ao entorno comunitário, articulando, dessa forma, história, memória e patrimônio. Dessa maneira, o Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, procura perpetuar e preservar a história da Instituição e, além disso, estender esse conhecimento à sociedade através de exposições, publicações e atividades culturais. A formação de um acervo documental – embora não seja apenas esse o objetivo do Memorial –, adquirido por meio da história oral, é mérito do Memorial e característica intrínseca da presente obra.

* Acadêmico da terceira fase do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Doutor em História Social pela USP (2001), pós-doutor pelo CPDOC/FGV, pesquisador colaborador do Diversitas/USP e consultor no Ministério Público de Santa Catarina.

Na introdução, embora o organizador deixe claro que o compromisso pela busca da verdade é desejo de Promotores, Juízes e Historiadores, discorre, porém, sobre a dificuldade do Historiador em descobrir e analisar uma verdade, podendo um outro olhar sobre os fatos ou um novo referencial teórico oferecer uma nova perspectiva sobre os fatos e, por conseguinte, versões diferentes sobre determinado evento. Conclui, portanto, que “A narrativa histórica é um eterno devir”.

Citando a “História Viva” do filósofo italiano Benedetto Croce, o organizador explica que a história, por não ser facciosa, possibilita o acesso ao maior número possível de versões; propiciando, portanto, uma diversidade de discursos e pontos de vistas e que, por meio destas divergências, se constrói a coesão necessária e desejável para aproximar-se da verdade. É nesse sentido que os relatos dos entrevistados nessa obra são analisados, proporcionando, dessa maneira, através da história oral, – comumente utilizada para a produção do conhecimento histórico –, a narrativa da história da Instituição. Esse recurso metodológico – a história oral –, além de angariar acervo documental e funcionar como acervo de pesquisa, possibilita, ainda, analisar diferentes versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões, podendo, com isso, através da observação dos depoimentos coletados, identificar e construir novas evidências.

Ainda na introdução, são expostas as más condições infraestruturais e as limitações das condições materiais do Ministério Público catarinense antes dos anos 1980. A falta de estrutura e a precariedade, principalmente das comarcas do Estado, bem como os baixos salários, a dificuldade de locomoção e a pouca disponibilidade de moradia dificultava, sobretudo no interior, o trabalho dos promotores – essas dificuldades são um ponto em comum no discurso da maioria dos entrevistados. Essas características compõem o quadro do Ministério Público de Santa Catarina anteriormente às atribuições estabelecidas pela Constituição de 1988.

Os avanços e as conquistas do Ministério Público ganharam forma na década de 1980, na qual a Instituição ganhou autonomia financeira e administrativa, bem como plano de carreira próprio. Além disso, atribuiu-se ao Ministério Público, em 1985, a responsabilidade relacionada à defesa do patrimônio histórico e paisagístico, do meio ambiente, do deficiente, do consumidor, dos direitos constitucionais do cidadão etc. Após a Constituição de 1988, o Ministério Público foi “erigido quase como um quarto poder” (AXT,

2011, p.18) tornando-se mais independente com relação às outras instâncias de poder; promoções e remoções influenciadas por articulação política – fato comum antes da década de 1980 – deixaram gradualmente de existir. Ademais, na década de 1990 os chamados direitos indisponíveis ganharam respaldo, criando-se, com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor, o Código do Meio Ambiente etc. Todos os entrevistados destacam a evolução, consolidação e as conquistas do Ministério Público de Santa Catarina após a década de 1980, além de discorrerem acerca dos desafios para o futuro e os problemas do presente. Os relatos presentes neste livro são de enorme relevância para a compreensão da história da Instituição, bem como para novas gerações que ingressarão no Ministério Público de Santa Catarina. Através dos relatos dos ex-Chefes do Ministério Público Catarinense, é possível entender como a Instituição se tornou o que é hoje e, ainda, quais os atuais problemas e desafios futuros da mesma.

Perguntas como: *De onde o senhor é natural?; Como surgiu a opção pelo Direito?; Quais foram os casos que mais o marcaram na sua trajetória?; Como surgiu a opção pelo Ministério Público?; Como é que o senhor percebe toda essa transformação pela qual passou o Ministério Público?*, são comumente feitas pelo Memorial do Ministério Público de Santa Catarina aos entrevistados. As respostas nos mostram as mais diferentes percepções e vivências sobre a Instituição, compondo, dessa maneira, um quadro rico de experiências sobre a sua história e, por conseguinte, das mais diversas regiões de Santa Catarina.

A primeira entrevista da obra é com Hélio Rosa, Procurador-Geral do Estado entre 1967 e 1971, nomeado pelo então governador Ivo Silveira – do qual era compadre. Nasceu em 1920 na cidade de Florianópolis, cursou a Faculdade de Direito e se formou em 1943. Foi promotor nas Comarcas de Urussanga, Palhoça, na qual permaneceu de 1945 a 1952, São Francisco do Sul em 1952 e Itajaí em 1956. Ressalta-se, em sua entrevista, a precariedade do Ministério Público naquela época, havia cerca de quarenta promotores em todo o Ministério Público e a comunicação entre o Procurador-Geral e os Promotores se dava somente nas férias, segundo o entrevistado o Ministério Público de Santa Catarina “Não tinha essa projeção de hoje, não tinha nenhuma complexidade...”. Na sua gestão o entrevistado participou, ainda, de um dos primeiros congressos nacionais do Ministério Público, no Rio de Janeiro.

A segunda Entrevista é com José Daura, Procurador-Geral do Estado entre 1971 e 1975. Nasceu em 17 de março de 1921 na cidade de Florianópolis e formou-se em direito em 1945. Ingressou no Ministério Público em 1947, indicado pelo Governador do Estado, passou pelas Comarcas de Araranguá, Chapecó e Lages até se tornar Procurador-Geral. O entrevistado salienta as fragilidades estruturais das comarcas nas quais trabalhou, ressaltando que o fórum se encontrava numa sala emprestada pela prefeitura em Araranguá. Ressalta-se, também, a diferença entre o Oeste e o Litoral, destacando-se uma maior concentração de homicídios no Oeste catarinense – houve inclusive um caso de linchamento em Chapecó –, enquanto no litoral predominava o furto, roubo e lesão. Questionado sobre como vê o Ministério Público hoje em dia, o entrevistado responde: “Um baluarte. Na contingência atual, uma esperança”.

A terceira entrevista é com João Carlos Kurtz, Procurador-Geral de Justiça por diversas vezes, a primeira de 1979 a 1982, a segunda de 1982 a 1987 e, por fim, de 1991 a 1995. Nasceu em 17 de fevereiro de 1944, em Caçador, Santa Catarina, formou-se em Direito em 1968. Foi Promotor nas comarcas de Tangará, Palmitos, Anita Garibaldi, Guaramirim, São José e Chapecó. Destaca-se no relato a truculência do AI-5, editado em 1968, na época em que o entrevistado era ainda estudante de Direito em Porto Alegre. De volta à Santa Catarina, como Promotor, o entrevistado explica a dificuldade e precariedade nas comarcas pelas quais passou, não tendo, muitas vezes, moradia. Já como Procurador-Geral de Justiça, salienta a independência do Ministério Público de Santa Catarina na década de 1980, inicialmente com a lei nº 40 de 1981 na qual, segundo o entrevistado “Ali ganhou forma esse Ministério Público de hoje, que se envolve na proteção ao meio ambiente, na defesa do consumidor, afeiçoado à sociedade”. Foi também em sua gestão que foi criado o DECOM – Serviço Especial de Defesa Comunitária. Este foi apresentado para todo o Brasil.

Segue-se a entrevista com João José Leal, Procurador-Geral de Justiça de Março a junho de 1987. Nasceu em 14 de agosto de 1941 na cidade de Tijucas, Santa Catarina, formou-se em Direito em 1967. Foi Promotor nas comarcas de Palmitos, Joaçaba e Brusque. Pontua-se em sua entrevista a repressão da ditadura militar, na qual o entrevistado foi preso, por meio dia, por conta do trote dos calouros da Universidade. Destaca-se, ainda, a diferença entre o Oeste e o Litoral: “Enfim, assim funcionavam as comunicações entre o Extremo Oeste e o litoral: a distância era geográfica, material e cultural”. Explica que a sua

curta passagem pela chefia do Ministério Público de Santa Catarina foi por conta da forte oposição, fazendo com que o entrevistado pedisse exoneração e voltasse à Comarca de Brusque, na qual já estava habituado.

A quinta entrevista da obra se dá com Hipólito Luiz Piazza, Procurador-Geral de Justiça no período entre 1987 e 1991. Nasceu em Florianópolis em 1937 e formou-se em Direito em 1965. Foi Promotor nas Comarcas de Maravilha, Capinzal, Xaxim, Trombudo Central, Itaiópolis, Ituporanga, São Francisco do Sul, Lages e Florianópolis. Em Capinzal, o entrevistado relata a primeira perícia com exumação de corpo realizada, caso que ensejou um livro escrito por ele de nome “A Prostituta Inocente”. O entrevistado exalta sua luta pela isonomia da Instituição, segundo ele, na época de sua gestão, a lei estava apenas no papel e não na prática de fato. No entanto, destaca-se a forte oposição à sua gestão.

Segue-se a entrevista com Moacyr de Moraes Lima Filho, Procurador-Geral de Justiça no período entre 1995 e 1999. Nasceu em Florianópolis em 1946 e formou-se em Direito em 1969. Foi Promotor nas Comarcas de Itajaí, Itaiópolis, Xanxerê, São Francisco do Sul, Chapecó, Criciúma e Florianópolis. O entrevistado destaca em sua gestão a atuação na instauração de um inquérito civil para apurar a situação da infância e da juventude em todo o estado, além da luta em preservar e manter a isonomia da Instituição. Ademais, o entrevistado destaca a importância de manter as conquistas alcançadas pela Instituição.

A sétima entrevista é com José Galvani Alberton, Procurador-Geral de Justiça no período entre 1999 e 2003. Nasceu em 1947 em Orleans e formou-se em Direito em 1972. Foi Promotor nas Comarcas de São José, Itapiranga, Santo Amaro da Imperatriz, Capinzal, Palmitos, Caçador e Criciúma. O entrevistado salienta sua participação na criação do DECOM. Já na sua gestão como Procurador-Geral de Justiça, destacam-se diversos programas, como o de preservação de mananciais, tratamento de lixo, combate à sonegação, proteção aos consumidores de produtos de origem animal, combate à evasão escolar, combate ao crime organizado, combate a delitos ambientais etc. Por fim, o entrevistado enaltece a importância dos registros feitos e ressalta que “A História é uma espécie de suporte para o mundo”.

Segue-se a entrevista com Pedro Sérgio Steil, Procurador-Geral de Justiça no período entre 2003 e 2007. Nasceu em 1953 em Lages e formou-se em Direito em 1977. Foi Promotor nas Comarcas de São Lourenço do Oeste, Joinville, Urubici, Trombudo Central,

Itaiópolis, Indaial, São Joaquim, Jaraguá do Sul e Chapecó. Destaca-se em seu depoimento a oposição feita na época da gestão do Procurador-Geral de Justiça Hipólito Luiz Piazza. Além disso, é criticado pelo entrevistado o sistema penal brasileiro, do qual, segundo ele, só sai impune quem tiver poder econômico. Com relação à sua gestão, o entrevistado destaca a importância de uma boa equipe para o sucesso e a valorização das promotorias, destacando o investimento nestas em sua gestão.

A nona entrevista da obra se dá com Gercino Gerson Gomes Neto, Procurador-Geral de Justiça no período entre 2007 e 2011. Nasceu em 1961 em Blumenau e formou-se em Direito em 1983. Foi Promotor nas Comarcas de Rio do Sul, São Domingos, Dionísio Cerqueira, Santa Cecília, Taió, Porto União, Balneário Camboriú e Blumenau. Anteriormente a sua gestão, destaca-se suas atividades na área de infância e da juventude, fazendo com o que o Ministério Público Catarinense ganhasse em 1999 o Prêmio Sócio-Educando, outorgado pela UNICEF e inúmeras entidades nacionais. Destaca, em sua gestão, a maior participação dos Promotores na administração, bem como a ampliação do quadro de servidores e o combate às organizações criminosas.

Por fim, segue-se a entrevista com Nery José Pedro – funcionário mais antigo da Instituição. Nascido em 1943 em Florianópolis, ingressou no Ministério Público em 1966, na função de datilógrafo. Nery participou de diversas funções no Ministério Público de Santa Catarina, foi Diretor de Serviços da Administração, chefe de gabinete, Agente Administrativo Auxiliar, Coordenador de Apoio aos Órgãos de Execução da Instituição etc. Segundo ele, até 1971, o Ministério Público de Santa Catarina era uma Instituição pouco reconhecida. Ademais, salienta que a sede da Procuradoria-Geral funcionava junto ao Tribunal de Justiça até o ano de 1961, posteriormente a sede passou para uma casa situada no nº 3 da Rua Artista Bittencourt e em 1968 mudou-se para a área da antiga concessionária Ford. Em 1972 mudou-se para a Rua General Bittencourt nº 13, na esquina com a Rua Anita Garibaldi, passando em 1983 para um imóvel na praça XV de novembro e, em 1983, para a Rua Hercílio Luz. Em 1990 muda-se para Rua Felipe Schmidt e, finalmente, se instala em 1995 na sua sede atual na Rua Bocaiúva nº 1750. Além disso, Nery comenta o episódio da prisão do cantor Gilberto Gil em Florianópolis e sua repercussão. O entrevistado mostra todo seu reconhecimento e carinho pela Instituição.

A leitura da obra *Histórias de Vida: Os Procuradores-Gerais*, iniciativa do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, além de aproximar o cidadão do Ministério Público, possibilita o encontro da Instituição com o seu passado através dos relatos dos ex-chefes do Ministério Público de Santa Catarina coletados no âmbito do Programa de História Oral. As lutas pela consolidação de uma Instituição independente e defensora da cidadania é o objetivo de todas as gestões aqui observadas. Este livro é uma homenagem à história da Instituição, é da mesma maneira, um gesto de reconhecimento aos membros que fizeram parte dela.